

SÍNTESE ESPECIAL

SUBSÍDIOS PARA DEBATE

Número 10 - 14/09/2022

As contradições da melhora dos indicadores econômicos no Brasil

Com a recente divulgação do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, que registrou crescimento no 2º trimestre de 2022, há várias análises que dizem que o país estaria acumulando indicadores econômicos positivos e, dessa forma, avançaria rumo à retomada da economia. Por outro lado, outros dados mostram que o Brasil ainda enfrenta séria crise, causada sobretudo pelas escolhas do governo e pela desastrosa forma como ele conduziu a situação da pandemia, entre outras ações. As taxas de inflação dão sinais de arrefecimento, mas seguem em alta, consumindo a baixa renda dos mais pobres e contribuindo para o elevado endividamento das famílias e a inadimplência. No mercado de trabalho, o desemprego cai, mas às custas de precarização e informalidade, salários baixos.

Este texto procura esclarecer alguns elementos a respeito dos principais indicadores da economia brasileira, com o intuito de mostrar as diversas contradições envolvendo o discurso de retomada da economia.

PIB e atividade econômica

O crescimento do PIB brasileiro registrado trimestralmente desde 2021 é mais recuperação das perdas ocorridas durante a pandemia do que real ampliação de novas estruturas produtivas. E o fato de o Brasil registrar crescimento acima da média dos países, em 2022, ocorre porque aqui a

recuperação está “defasada”, quer dizer, o crescimento em 2021 ficou abaixo da média das demais nações, especialmente nos serviços e no consumo, por conta do atraso nas medidas de vacinação.

Com isso, o Brasil cresce no sentido de recuperar patamares pré-pandemia. A questão é que, antes da crise sanitária, o Brasil era um país que crescia pouco. Recuperar o nível anterior significa, então, apenas retornar a um quadro que não era bom. O crescimento verificado até o 2º trimestre de 2022 é mais efeito estatístico (da retração na pandemia) do que avanço real, sustentável, e não há qualquer indicativo de longevidade desse movimento de alta.

Mercado de trabalho e endividamento

Outro indicador que tem sido comemorado em várias análises é o que diz respeito à ocupação. O mercado de trabalho tem apresentado melhora na taxa de desemprego, mas isso ocorre mediante manutenção e aprofundamento de desigualdades estruturais de renda e oportunidades.

Apesar do aumento recente do emprego assalariado formal (com carteira assinada), a maior geração de postos de trabalho ocorre nas modalidades por conta própria (sem CNPJ e sem contribuição para a previdência) e assalariado sem carteira (privado e público). Essa é uma tendência observada desde a reforma trabalhista (novembro de 2017), mas que se acelerou a partir de 2021.

Em situação de desemprego há quase 10 milhões de brasileiros, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PnadC-IBGE). Entre desocupados, trabalhadores desprotegidos, desalentados, ocupados com insuficiência de horas e em negócios familiares, são cerca de 60 milhões de pessoas.

O rendimento médio real do trabalho evolui muito pouco. Os salários não crescem e ainda são corroídos pela inflação.

Emprego desprotegido e instável gera renda instável e, assim, a vida dos brasileiros fica mais difícil. Como planejar algo futuro se não se sabe se vai haver renda no dia de amanhã e de quanto será? E com menos dinheiro e os preços dos itens básicos (alimentação, energia elétrica, aluguel, gás) altos, o resultado é o endividamento. Quase 80% das famílias estavam endividadas no Brasil em agosto de 2022, de acordo com a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A inadimplência é recorde. São dívidas vinculadas às despesas correntes, como alimentação, tarifas públicas, habitação, entre outros, e não resultantes de investimentos na compra de bens, como a casa própria, por exemplo. Inclusive, cresce a retomada de bens (carros e imóveis) por inadimplência e para pagamento de dívidas.

Inflação

A inflação no Brasil teve forte alta a partir de 2020. Entre setembro de 2021 e junho de 2022, bateu dois dígitos durante 10 meses seguidos no acumulado de 12 meses (IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE). Essa alta dos preços esteve concentrada principalmente nos alimentos e nos combustíveis, mas também ocorreu devido ao impacto da desvalorização do real. A justificativa usada, de que houve aumento dos preços internacionais, no entanto, não é sustentável, pois, é importante lembrar, em toda a primeira década do século XXI houve pressão de preços internacionais e nem por isso a inflação subiu a esse patamar. A alta generalizada reflete, na realidade, escolhas que enfraqueceram, por anos, a economia.

A elevação dos preços dos alimentos chega a ser absurda, visto que o Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo. A inflação dos alimentos ocorre, na realidade, porque o governo brasileiro acabou com os estoques reguladores (instrumento importante para auxiliar a oferta de alimentos e balizar os preços) e não adotou nenhuma medida para proteger o mercado interno, mas ações que propiciam a alta e vão em direção oposta às realizadas por outros países. Em plena crise, o governo permitiu a ampliação de exportações inclusive de itens como carne, leite, arroz e feijão (cujos preços internos cresceram exponencialmente). Além disso, reduziu fortemente as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, segmento responsável por cerca de 70% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros.

No caso dos combustíveis, a política de preços de paridade de importação (PPI) da Petrobras, adotada em 2016, simplesmente repassa qualquer aumento dos preços internacionais aos preços cobrados no país. Com isso, os preços dos combustíveis dispararam e, por serem componente importante para todas as atividades econômicas, induziram para cima os valores de produtos e serviços em outros setores também.

A opção por essa política de preços para a estatal privilegia os importadores de combustíveis e os acionistas da empresa (inclusive o Tesouro Nacional). No segundo trimestre de 2022, a petrolífera tornou-se a maior pagadora de dividendos do mundo, deixando de lado o papel social que deveria lhe caber.

Outra questão que tem contribuído para a alta dos combustíveis é o abandono da estratégia de atingir autossuficiência na produção de diesel.

Já a desvalorização do real, que tornou as importações mais caras, é resultado de completa ausência de estratégia cambial. O governo deixou o mercado de câmbio solto, sem qualquer controle (ao contrário de outros países) e assim a moeda brasileira passou a sofrer desvalorizações, sem qualquer defesa. Isso elevou os custos no país.

Mesmo a recente deflação registrada ilustra as dificuldades do Brasil: além de ser resultado de intervenção do governo no preço dos combustíveis (em período eleitoral), é provocada pela falta de vitalidade da economia.

Viver no Brasil é caro: falta salário e os preços dos bens e serviços são altos. Apesar de a justificativa dos empresários sempre ser a “carga tributária”, os dados indicam que, proporcionalmente, os brasileiros comprometem muito mais da renda com gastos com alimentação, por exemplo, do que a média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) - ainda que a carga tributária do Brasil seja menor. Margens de lucros altas, salários baixos, tributação sobre consumo, em vez de patrimônio, e ausência de competição na maioria dos setores ajudam a explicar por que aqui a renda é comprometida com itens essenciais muito mais do que em outros países, mesmo que tenham carga tributária muito superior à brasileira.

Aumento da fome e crise social

O país tem mais de 33 milhões de pessoas passando fome e outras dezenas de milhões em situação de insegurança alimentar, conforme estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). Com a queda na renda, elevação de preços e problemas na execução de programas sociais, a situação da enorme população mais fragilizada, vulnerável já antes da pandemia, piorou ainda mais. Houve imenso retrocesso social e, agora, a retomada da economia não ocorre de forma equilibrada. Os segmentos mais pobres continuam com extrema dificuldade para sair da fragilidade social em que se encontram.

Essa diferenciação na recuperação retrata a desigualdade brasileira: na média, o país volta à situação pré-pandemia, mas, na prática, somente uma parcela da população vive essa retomada. Dessa forma, permanecem visíveis aos olhos a profunda crise social brasileira, mesmo que estatisticamente alguns indicadores mostrem outra realidade.

Serviços públicos sem recursos

Outro aspecto pouco destacado pela mídia, mas com forte impacto na vida das camadas mais pobres da população, é a redução da oferta dos serviços públicos. Com a adoção do “teto de gastos” e a escolha pela privatização, os serviços públicos, que foram fundamentais na pandemia, sofrem com a escassez de recursos financeiros e de pessoal. E os trabalhadores do setor público, que estão na ativa, padecem com baixos salários e péssimas condições de trabalho.

A maior parte da população, que depende exclusivamente do serviço público, padece com as consequências dessa falta de recursos: esperas longas para consultas e procedimentos médicos; déficit de aprendizagem dos alunos, sobretudo na pandemia, devido à ausência de estrutura para o ensino remoto; dificuldades para acessar os programas de assistência social, entre tantos outros problemas.

Resultado: discurso e realidade

Com essa combinação de salários baixos, preços altos, dívidas e inadimplência crescentes, incertezas no emprego, altas taxas de desemprego e subemprego, miséria a olhos vistos e dificuldade para acesso aos serviços públicos por grande parte da população, não há indicador positivo e discurso de que o país vai bem que convençam.

Esses indicadores melhores, até o momento, são conjunturais, sem indicativo algum de que se tornarão estruturais, por causa das escolhas políticas feitas até o momento. Também não têm efeitos sobre os principais problemas: os preços continuam altos, os salários não sobem, há multidões nas ruas à procura do que comer e as filas no serviço público continuam crescendo, entre outros graves problemas.

Escritório Nacional

Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de
Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico
de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos
de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Gabriel César Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações
Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região
- SP

Diretor Executivo - Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo – Carlos Ortiz

Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe técnica

Leandro Horie

Adriana Marcolino

Patrícia Pelatieri – revisão técnica